



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte e nove de outubro de dois mil e treze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: Nélio Aurélio de Souza – Presidente, Alessandro Luiz Bonifácio – Vice-Presidente e Silvânio Aguiar Silva – Secretário. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia vinte e dois de outubro de dois mil e treze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão. O Senhor Presidente registrou: “antes de pôr a Ata em votação, queria fazer uma ressalva nela, queria que fosse corrigida porque no dia que votei o Título de Cidadão Honorário do cidadão Márcio Tupy, eu declarei que estava votando contra sem comentários. Só isto que eu queria que constasse na Ata. Não foi o que um periódico, um jornal pôs, só disse sem comentários”. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício 301/2013/JLR/SEMED, 23 de outubro de 2013, do Secretário Municipal de Educação, Adriano Alisson Vaz; presta esclarecimentos sobre o ofício 253/13 da Câmara. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “quero agradecer ao Secretário de Educação pela atenção em nos dar uma resposta com relação a este fato ocorrido no Bairro Bela Fama. Dizer que a isenção administrativa dele, a que ele se refere, sinceramente, me pegou até de surpresa agora,



de qualquer forma, acho que ele não se isenta desta questão administrativa, afinal de contas ele é o Secretário. De qualquer forma, tenho conhecimento, através de pessoas porque liguei para todas as mães, de que até agora estão sem resultado nenhum, mas que realmente me disseram que ele tomou as providências que o Secretário deve tomar. Então, estou satisfeito com a ação do Adriano, ainda que aguardando um resultado para este fato ocorrido na escola de Bela Fama. Recebi correspondência no meu gabinete da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte reportando sobre requerimento que fiz sobre abrigos de ônibus também no Bairro Bela Fama. O Secretário nos mandou uma correspondência dizendo que estes abrigos serão instalados nos próximos vinte dias. Não trouxe a correspondência para ser lida aqui, mas agradeço ao Secretário por ter atendido esta solicitação do meu gabinete”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de lei nº 1.360/2013, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Nova Lima, além de dar outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente comunicou: “eu distribuí para todos os vereadores o Termo de Ajustamento de Conduta com a Promotora do Município Dra. Ivana Andrade Souza, a respeito dos contratados da Câmara Municipal. Não vou ler porque é muito grande, mas distribuí para todos os vereadores, que até abril do ano que vem, esta Casa tem que fazer concurso”; 2) Projeto de lei nº 1.361/2013, autoria do Poder Executivo, que “Cria a Assessoria Especial de Políticas Públicas, as Coordenadorias Municipais que integram sua Estrutura Organizacional, seus Cargos



Públicos em Comissão, além de dar outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente informou: “estou invertendo um projeto na pauta só para me ausentar um pouquinho do plenário”. O Vice-Presidente assumiu a Presidência; 3) Projeto de lei nº 1.363/2013, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Titulação de Pessoas Jurídicas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público de Nova Lima e dá outras providências”. O Senhor Presidente reassumiu a Presidência e encaminhou o supracitado projeto à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer; 4) Projeto de lei nº 1.362/2013, autoria do Poder Executivo, que “Cria os Cargos Públicos Efetivos indicados, promove suas inserções no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Lima, junto à Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos, SEMST, e dá outras providências”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “Senhor Presidente, registrar em Ata que existe um erro de grafia aqui, no segundo parágrafo fala na criação de cinquenta e cinco cargos e depois na criação de setenta e cinco, com certeza, foi só um erro mesmo”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “gostaria de fazer um pedido para a Casa, que o Senhor consultasse o Plenário para que a gente possa fazer o parecer conjunto do Projeto de lei nº 1.361/2013 que cria as Coordenadorias. Minha justificativa é que nós estamos no período de chuva e como todas elas estão juntas, aí eu gostaria que a Casa fizesse. O motivo é a Defesa Civil, aí a gente vai dar maiores condições de trabalho para eles”. O Plenário e as Comissões, consultados pelo Senhor Presidente,



aprovaram a confecção de parecer conjunto para o Projeto de lei nº 1.361/2013. O vereador André Luiz Vieira da Silva ressaltou que o Projeto de lei nº 1.361 está sem assinatura do prefeito. O Senhor Presidente e a vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira esclareceram que a assinatura do prefeito encontra-se na Mensagem; 5) Projeto de lei nº 1.364/2013, autoria do vereador Silvânio Aguiar Silva, que “Dispõe sobre a implantação da Ficha de Notificação Compulsória de Maus-tratos contra Crianças e Adolescentes no Município de Nova Lima”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Flávio de Almeida como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição; 6) Proposta Orçamentária 2014, autoria do Poder Executivo: Projeto de Lei nº 1.365/2012, que “Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Nova Lima para o exercício financeiro de 2014”; Projeto de Lei nº 1.366/2012, que “Dispõe sobre a Concessão de Auxílios, Contribuições e ou Subvenções Sociais” e Projeto de Lei nº 1.367/2012, que “Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017”. O Senhor Presidente registrou: “lembrar os vereadores de que esta Proposta está entrando hoje; agradecer ao Secretário de Fazenda, Dr. Maurício Farah, pelo esforço de encaminhar, por intermédio da líder do governo, vereadora Ângela Lima, as audiências públicas que estou anexando hoje na Proposta de Orçamento, totalmente legal e que deu entrada na Casa hoje. Depois da leitura do Secretário, encaminharei à Presidente da Comissão de Orçamento. O vereador Leci Alves Campos disse: “gostaria que registrasse em Ata com relação ao Projeto da Lei Orçamentária, a observação feita por Vossa



Excelência no que diz à audiência pública, uma vez que, inclusive, ela foi realizada no apagar das luzes, foi realizada hoje pela manhã. Então, que registrasse o seu esforço em solicitar que seja cumprida a lei, enviando através da documentação, uma cópia da audiência pública”. O Senhor Presidente encaminhou a Proposta Orçamentária à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas para emissão de parecer. O vereador Flávio de Almeida falou: “na minha leitura deu para notar que faltam muitas instituições aqui, parece que colocaram junto na Ação Social. Porém, no meu entendimento, está errado porque não permite que o vereador fiscalize. As instituições têm que estar dentro do projeto de lei com seus nomes e especificações, instituição tal e tal, e vêm de fora a fora todas elas para que a gente possa fiscalizar ou para que a gente possa fazer também uma intervenção, de repente, o vereador acha que a instituição tal pode receber um pouco mais até mesmo pelo trabalho que ela realiza. Na forma que veio não permite esta ação do Poder Legislativo. Eu queria que a líder do prefeito, para a gente não perder o prazo porque eu sei da importância da lei, que ela peça neste período que eles enviem para a gente com todos os nomes e os seus direitos para que a gente possa fazer o nosso papel”. O Senhor Presidente afirmou: “só lembrar que a Sua Excelência já deu a sugestão à líder do prefeito, ela pode fazer também, mas a Câmara também, como o projeto já chegou aqui, tem autonomia para corrigir até porque vai ter emenda dentro do projeto, vão ter vários momentos de os vereadores se pronunciarem. Fica à disposição de vocês, da líder se quiser buscar, tudo bem, se não quiser, a Câmara corrige”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira registrou: “estou entendendo o



que o vereador está falando, se discrimina as instituições vai colocar também ao lado de cada uma o que vai receber”. O Senhor Presidente disse: “mas isto é uma discussão na Casa, não sei se Sua Excelência lembra, que a maior disparidade é quando fala as instituições todas e, às vezes, algumas não recebem. Então, tem um consenso na Casa por alguns vereadores que querem carimbar a verba para todas que estão ali porque, senão, acaba umas recebendo e outras não. Houve um consenso disto aqui”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “mas eu estou entendendo o vereador, ele quer saber neste montante que está diretamente jogado no gabinete do Secretário de Ação Social, quais são as entidades que estão aí incluídas”. O Senhor Presidente lembrou que não basta estar incluída. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “que venham os nomes de todas como sempre foi feito”. O Senhor Presidente registrou: “a listagem chega e aqui a Casa sabe o papel dela”. O vereador Leci Alves Campos disse: “eu concordo com a fala do vereador Flávio. Já observei na lista das entidades que vão receber subvenções, estou achando interessante que tem entidades que estão com quase duzentos por cento de reajuste, sendo que diversas, muito importantes para a nossa cidade, não estão mencionadas. Cabe salientar que nós precisamos também que todas que estejam relacionadas aqui, venha para nós uma cópia da Declaração de Utilidade Pública porque é condição *sine qua non* para que recebam as subvenções. E a gente deixa muito claro aqui que a gente vai analisar cada item e, conforme nós já discutimos, vereador André, nós vamos querer também que esta Casa receba cópia da prestação de contas de quem receber subvenção. E nós vamos dar uma declaração, a gente vai trabalhar isto depois,



através das emendas, nós vamos cobrar a prestação de contas e para o ano seguinte só quem estiver quite com a prestação de contas conosco é que vai fazer parte da lei”. O Senhor Presidente falou: “eu tenho impressão de que esta prestação de contas tem que ser prestada à Secretaria de Ação Social”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “mas se nós colocarmos uma emenda que deverá ser enviada uma cópia para o Legislativo não tem problema. É uma ferramenta que nós temos para fiscalizar para onde está indo este dinheiro”. O Senhor Presidente registrou: “eu entendo, mas o Jurídico vai entender se nós não estamos atropelando o Executivo porque, às vezes, o Executivo que fiscaliza. Neste caso, a gente fiscaliza a Secretaria de Ação Social. Mas vai chegar o momento de discussão disto”. O vereador Leci Alves Campos disse: “nós não queremos é que atropelem o Legislativo”. O vereador Silvânio Aguiar Silva falou: “quero fazer coro com as palavras do vereador Leci Campos. É uma disparidade mesmo os números que a gente viu aí. Este crescimento tão grande em algumas entidades, mas a gente não percebe este crescimento da entidade. Então, nós precisamos ter ferramentas para fiscalizar. O vereador Flávio foi assertivo na proposição dele, acho que nós temos que saber as entidades que vão receber as subvenções”. O vereador André Luiz Vieira da Silva afirmou: “quero aproveitar que está se falando da Proposta Orçamentária para 2014, gostaria de fazer uma pergunta a Vossa Excelência porque, nos termos do artigo 54 da Lei de Responsabilidade Fiscal, o Executivo tem que enviar a esta Casa o balanço das suas finanças quadrimestralmente. Queria saber por que não tenho recebido, se está sendo feito isto e se não está, o que está acontecendo”. O Senhor Presidente respondeu:



“chegou o primeiro e o segundo, o terceiro não chegou, vem em dezembro. Até porque a responsabilidade não é só minha, é da Comissão de Orçamento também”. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “eu recebi bimestral os quatro primeiros meses, foram encaminhados os dois primeiros e depois os dois subsequentes, daí para cá não recebi mais nada”. O Senhor Presidente disse: “já foi pedido, vou consultar e terça-feira que vem lhe dou as informações seguras. Se Sua Excelência estiver na Casa amanhã, eu vou estar aqui amanhã também e vou olhar isto”. O vereador José Guedes falou: “eu estou com a relação da concessão de auxílios e não estou vendo a relação das associações de bairro; este ano vieram muito reduzidas as entidades aqui”. O vereador Leci Alves Campos afirmou: “vereador, é isto que nós questionamos, realmente está faltando esta informação mesmo”. O vereador José Guedes registrou: “está faltando muita coisa aqui e nós queremos na totalidade a relação completa das entidades que vão receber. No meu modo de entender, não tem nem um quinto das entidades aqui”. O Senhor Presidente disse: “com certeza, vai ter o momento para discutir. O projeto foi distribuído para a Presidente da Comissão, ela já está sabendo, ela vai providenciar, vai abrir prazo para o Relator e nós temos tempo ainda até dia quatorze de dezembro para votar este Orçamento. Graças a Deus que chegaram hoje as audiências”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “Senhor Presidente, de acordo com o nosso Regimento Interno, na sua Seção número doze, Projetos de Lei Orçamentária e sobre Matéria Financeira, no nosso artigo 181, após o Presidente da Comissão de Orçamento ter recebido o projeto, abrirá prazo de dez dias para a apresentação de emendas.





Parágrafo primeiro: vencido o prazo do artigo anterior, o Presidente da Comissão proferirá, em dois dias, despacho das emendas apresentadas, que deverão ser apreciadas pelo Plenário da Câmara. Então, eu estou abrindo, como Presidente da Comissão de Orçamento, a partir de hoje, o prazo para a apresentação de emendas. Não vamos ficar presos em apenas dez dias, mas nós vamos estar aqui, a Presidência da Comissão de Orçamento mais os dois Assessores de Orçamento à disposição dos vereadores para a apresentação de emendas, para a discussão do projeto e alguma dúvida que o vereador tiver”. O Senhor Presidente afirmou: “eu entendo, vereadora, que a Comissão tem que fazer o parecer primeiro para depois abrir o prazo para as emendas”. O vereador Leci Alves Campos registrou: “sim, mas a questão não é esta; a questão que eu estou vendo que um assunto tão complexo e tão difícil vai demandar mais tempo para isto, principalmente, eu creio que todos nós vereadores quando debruçarmos em cima destes projetos, nós vamos ter que estudá-los, vocês já verificaram aí a necessidade de um empenho, de um estudo muito grande para a gente poder solicitar informações para o Executivo para depois pegar parecer de algumas Comissões e depois fazer as emendas”. O Senhor Presidente explicou que somente a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas emite parecer na Proposta Orçamentária, e disse: “só para lembrar que nós temos quarenta e cinco dias; é muito tempo para votar e disciplinar isto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira falou: “eu sei, Senhor Presidente; estou só colocando para a gente não deixar as discussões para a última hora, para a gente ter tempo, inclusive, de debruçar e fazer as nossas apreciações”; 7) Projeto de lei nº



1.368/2013, autoria do vereador José Guedes, que “Dá denominação à via pública que menciona” – Rua Santa Rita de Cassia. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura:

1) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 262/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Tenente Antônio João Morais”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Silvânio Aguiar Silva solicitou: “Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor consultasse a Casa para colocarmos este projeto em votação ainda hoje”. O Senhor Presidente afirmou: “o vereador Silvânio Aguiar está pedindo que este projeto passe para a segunda parte desta reunião e possa ser votado hoje. Se os vereadores concordam permaneçam como estão”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “Senhor Presidente, eu gostaria de um prazo maior”. O Senhor Presidente disse: “a Sua Excelência tem direito de vista e de discordar. Se Sua Excelência quer um prazo maior, pede vista no projeto”. O vereador Flávio de Almeida falou: “não; eu posso consultar o Plenário, o Senhor está consultando. O Senhor pode consultar o Plenário no pedido do vereador e pode consultar incluindo o meu pedido”. O Senhor Presidente afirmou: “o pedido do vereador Silvânio Aguiar, ele me pediu, vou consultar o Plenário. Se a Sua Excelência for vencido, aí eu não tenho que consultar mais nada”. O vereador Flávio de Almeida registrou: “eu acho que ficaria mais fácil; eu vou pedir vista depois”. O Senhor Presidente disse: “vou consultar o Plenário, vereador, só estou dizendo que ele pediu para consultar o Plenário, eu vou pôr em discussão se os vereadores concordam em



votar o projeto. Estou falando que se for vencido não tem como pedir vista”. O vereador Flávio de Almeida falou: “eu só não queria pedir vista depois. Pode ficar à vontade”. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, dispensou o interstício para a votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 262/2013, com o voto contrário dos vereadores Flávio de Almeida e Alessandro Luiz Bonifácio; 2) Parecer da Comissão Especial referente ao Projeto de Decreto Legislativo nº 268/2013, que “Concede Título de Empresa Cidadã à Rádio Itatiaia”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador Leci Alves Campos, dispensou o interstício para a votação deste projeto; 3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.349/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Esporte Clube Morro Velho. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Plenário consultado pelo Senhor Presidente, conforme solicitação do vereador José Guedes dispensou os interstícios para a votação deste projeto; 4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.352/2013, que “Dispõe sobre o direito a herdeiros de taxistas a sucessão na permissão do direito de uso das placas dando continuidade à prestação de serviços de taxista no âmbito do Município de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.353/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicar aos órgãos de proteção da criança e do adolescente os casos de usos e abuso de álcool e drogas e dá outras providências”. A



comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 6) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.354/2013, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicar aos órgãos de proteção e conselhos ligados ao tema os casos de abuso e maus tratos aos idosos e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 7) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.357/2013, que “Institui a Campanha de Valorização do Professor e Combate à Violência no Ambiente Escolar do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 8) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.358/2013, que “Dispõe sobre a concessão de uma folga mensal aos servidores públicos municipais que cumprem escalas de 12 por 36 horas”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto; 9) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.359/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Organização não Governamental Viva Vira Lata. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.349/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Esporte Clube Morro Velho. Em primeira votação, aprovado por nove votos. O vereador José Guedes afirmou: “quero agradecer, apesar de estar em primeira votação. O Esporte Clube Morro Velho é um dos clubes mais antigos de Nova Lima e quero dizer que o Morro Velho hoje não é só futebol. Tem



o projeto de jiu-jitsu, tem o futebol para crianças de cinco a dezesseis anos, então o Morro Velho está de parabéns e, em cima disso tudo, o Morro Velho foi campeão da segunda divisão, alcançando a primeira divisão. A diretoria está de parabéns, quero agradecer os colegas pelo voto”. Em segunda votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 2) Projeto de Decreto Legislativo nº 268/2013, que “Concede Título de Empresa Cidadã à Rádio Itatiaia”. Em única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. O vereador Leci Alves Campos registrou: “Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um agradecimento aos nobres colegas. É uma pena que o vereador Alessandro não esteja presente, apesar de que ele foi favorável no parecer da Comissão, ele não está presente, quase que seriam dez votos. Mas os nove votos nós agradecemos e, realmente, é uma rádio que nasceu em nossa cidade e tem feito um trabalho de cidadania muito importante, com informações de interesse público em suas programações. Muito obrigado”; 3) Projeto de Decreto Legislativo nº 262/2013, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Tenente Antônio João Moraes”. O Senhor Presidente concedeu vista ao vereador Flávio de Almeida conforme solicitação do mesmo; 4) Projeto de Lei nº 1.337/2013, que “Dispõe sobre a redução da carga horária diária dos servidores públicos municipais detentores do cargo público efetivo de Bibliotecário, além de dar outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 5) Projeto de Lei nº 1.340/2013, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Continental Futebol Clube. Em segunda e última votação, aprovado por



nove votos e encaminhado à sanção; 6) Projeto de Lei nº 1.342/2013, que “Dispõe sobre o direito de uma folga anual para Servidores Públicos Municipais de Nova Lima para a realização de exames de prevenção do câncer de próstata”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção; 7) Projeto de Lei nº 1.344/2013, que “Dispõe sobre a marcação de consultas e exames no prazo máximo de quinze dias corridos para pessoas a partir de 60 anos de idade e portadores de câncer de qualquer idade”. Em segunda e última votação, aprovado por nove votos e encaminhado à sanção. O vereador José Guedes disse: “esta Câmara vem lutando, há muitos e muitos anos, para que tirem o Pátio de Apreensão daquele local, eliminassem aqueles carros velhos. Então, para o meu espanto, a prefeitura fez um contrato no qual deveria ter feito licitação. Eu fiquei meio assustado com a demora muito grande, há anos que nós estamos lutando e batalhando para a retirada daqueles carros ali, não somente pelo problema da dengue, mas pelo visual. Hoje aquele bairro é um dos principais bairros de Nova Lima, é creche, é escola, prédios, a UPA. Então, nós esperamos tantos anos e agora vem com contrato? Deveria, na minha opinião, ter licitação. E aí eu vou correr atrás e olhar isso”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo seja construída escada na Rua Boa Esperança, em frente ao número 65 no Bairro Nossa Senhora de Fátima e instalado corrimão em sua extensão. Aprovado, nove votos. 2) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal a contenção da Rua Antônio Carvalho Aguiar e asfaltamento (fotos anexas), Bairro Centro. Em discussão, o



vereador José Guedes indagou ao Senhor Secretário se o asfaltamento é somente para esta rua. O Senhor Secretário respondeu: “exatamente”. O vereador Leci Alves Campos esclareceu: “Senhor vereador, na realidade, nem necessita de asfaltamento, o que necessita mesmo é que recupere a rua porque a rua está caindo”. O vereador José Guedes falou: “não é isso que estou perguntando. Estou perguntando se o asfaltamento é só para essa rua”. O vereador Leci Alves Campos explicou: “é. O Senhor sabe onde é esta rua? Quando a gente passa de carro, a gente vê a rua caindo. O pior é que só nós estamos vendo”. O vereador José Guedes afirmou: “quero te parabenizar, pois há anos os moradores daquela região pedem e, no fundo, a responsabilidade é da AngloGold que não faz nada. Então, o município tem que arcar com aquela obra ou punir a AngloGold porque está dentro do terreno da Morro Velho. Então, sou sabedor daquele problema, aquilo é super antigo. Parabenizo o Senhor”. Aprovado, nove votos. 3) Do vereador André Luiz Vieira da Silva: Requer ao Prefeito Municipal informações a respeito do Convênio da Prefeitura com a Utramig, seus critérios e escolha dos professores; valor e números de alunos beneficiados pelas bolsas; número total de alunos e critérios para receber bolsa. O vereador André Luiz Vieira da Silva registrou: “eu queria retirar o requerimento e expressar por que. Na verdade como este requerimento demorou para ser lido, eu até esqueci que tinha requerimento meu na Casa porque eu não farei mais para o Executivo nenhum requerimento, salvo uma manifestação da própria população que vier ao meu gabinete. Porque eu disse aqui em algumas oportunidades que não vou considerar a palavra urgente vindo da parte do prefeito e, às vezes, Senhor Presidente,



fica parecendo até que é uma perseguição, que a gente tem alguma coisa contra o prefeito Cássio ou que é por questões políticas; não, na verdade é tratando como estou sendo tratado porque eu tenho aqui nas mãos, e quero aproveitar esta parte dos requerimentos. Um fato curioso que é muito importante a população saber que uma das demandas mais simples de ser atendida pelo Executivo e que são mais acionadas dentro dos gabinetes são as caçambas. No início do mandato nós enviávamos os nossos pedido de caçamba, vindos da parte da população, direto para a Secretaria de Obras e éramos prontamente atendidos; não sei porque cargas d'água, o prefeito proibiu e determinou que o vereador não enviasse mais requerimentos para a Secretaria e sim para o gabinete dele, foi o que nós passamos a fazer. Então, nós passamos a enviar pedidos de caçamba para o prefeito. O prefeito não deve ter nada para fazer, para pedir para mandar pedido de caçamba para ele, é muita falta do que fazer. A gente mandou o pedido de caçamba e este não é o problema, isto aí é o menor dos problemas. Então, a gente mandou o pedido de caçamba, como eu tenho aqui, uma solicitação da Senhora Ilma Maria Amorim, aí este pedido não foi atendido. O que nós fizemos? A minha assessoria foi até a Senhora que veio ao gabinete, orientou ela e foi com ela dar entrada na Secretaria, pedindo a caçamba. No outro dia, tenho aqui o comprovante do pedido feito no dia vinte e sete do oito, aí no dia dois, foi atendido. Igual a esse, Senhor Presidente, eu tenho vários aqui; Senhora Ilda, a mesma coisa, o pedido feito pelo gabinete não foi atendido, depois o pedido feito pela própria pessoa direto na Secretaria, inclusive está aqui com a cópia do comprovante de residência, e estas pessoas foram encaminhadas até a Secretaria,





acompanhadas até por um assessor meu. O que acontece? Aí o pedido foi feito dia trinta, atendido dia dois. E são vários aqui, pedido feito pelo gabinete não atendido, pedido feito pela pessoa, o mesmo pedido, feito no dia três, atendido no dia quatro, no dia seguinte. Igual a esse, Senhor Presidente, se eu for ficar falando aqui são vários. Fora os pedidos de caçamba, eu tenho também aqui uma relação de pedidos de requerimentos feitos. Eu ouvi agora o requerimento do vereador Leci acerca do problema da rua que está caindo. Lá no Mingu também tem uma rua caindo, eu também fiz um pedido. Eu sei que existem, Senhor Presidente, aqueles acordos políticos que fazem parte, o prefeito tem uma obra para fazer ali, ele vai lá, combina com o vereador que é da base dele, o vereador faz o requerimento, a obra é feita, a população é atendida. Isto é normal, faz parte, a gente entende tudo isso. Agora, o que não pode é o Executivo tratar a população com tamanho desrespeito porque quando trata o vereador com desrespeito, eu acredito que está tratando também aqueles que o elegeram. Por conta disto, este prefeito não merece o meu respeito e não farei mais nenhum encaminhamento de requerimento até ele". 4) Do vereador Flávio de Almeida: Requer que o Poder Legislativo, através da Mesa Diretora, solicite junto aos Correios entrega de correspondências na Rua Roni Garzon Gomes, no Bairro Osvaldo Barbosa Pena (antiga Rua Três). Aprovado, dez votos. 5) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal a construção de um vestiário para atletas, instalação de tela ao redor do campo e instalação do portão de entrada do Campo do Rosário. Aprovado, dez votos. 6) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Poder Executivo que atenda o abaixo



assinado dos moradores da Rua do Ouro no Bairro do Rosário e promova o asfaltamento da mesma, uma vez que o trânsito é intenso e a via não está mais resistindo. Ressalta ainda que o Laboratório Municipal e a Policlínica também são afetados, sobretudo pelo excesso de poeira. Aprovado, dez votos. 7) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal faça o recapeamento asfáltico completo do Bairro Mingu, neste município. Aprovado, dez votos. 8) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Requer que esta Casa faça encaminhar uma Moção de Aplauso a todas as Escolas Públicas Municipais, Estaduais e também para as Escolas Particulares de Nova Lima, cuja relação estou encaminhando anexa à presente, como reconhecimento pelo brilhante trabalho desenvolvido pelas professoras e professores nas escolas da nossa cidade. Em discussão, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio solicitou à autora permissão para assinar o requerimento. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira permitiu. O vereador Silvânio Aguiar Silva disse: “quero cumprimentar a vereadora e professora Ângela Lima pela sensibilidade de lembrar e fazer esta Moção de Aplauso aos nossos professores, dizendo que a verdade está traduzida nas suas palavras. Nova Lima vem se destacando muito, no âmbito estadual, e até por que não dizer, no âmbito federal, em termos de Educação. Então, acho muito justa essa Moção de Aplauso aos nossos professores. Não quero assinar junto, mas com toda certeza quero parabenizar a vereadora por isto”. Aprovado, nove votos. 9) Do vereador Nélio Aurélio de Souza: Requer que esta respeitosa Casa solicite ao Município que, através da Secretaria Municipal de Obras e Regulação Urbana, proceda à fiscalização na obra de reforma do



Cine Ouro, pois o Sr. Carlos Fidelcino de Almeida, morador da Praça Coronel Aristides, nº 40, Centro, confrontante deste imóvel, alega estar sendo prejudicado com água pluvial que foi direcionada para sua residência, pois estamos aproximando do período de chuva e a situação pode agravar. Aprovado, dez votos. 10) Do vereador Gilson Antônio Marques: Requer ao Prefeito Municipal a construção de uma Unidade de Primeira Escola para o Bairro Mingu. Aprovado, dez votos. 11) Do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Prefeito Municipal a volta das obras da barragem do Ribeirão dos Cristais. Aprovado, dez votos. 12) Do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Prefeito Municipal enviar a este vereador a relação dos funcionários nomeados para os cargos relacionados nas Unidades Regional Noroeste e Regional Nordeste. Regional Nordeste Honório Bicalho: Administrador da Regional, Assessor Gerente, Assessor IV, Assessor III, Diretor de Departamento I, Chefe de Divisão, Chefe de Seção, Secretária. Regional Noroeste Jardim Canadá: Assessor Gerente, Assessor IV, Diretor de Departamento I, Chefe de Divisão – 2 cargos, Chefe de Seção, Secretária. Aprovado, dez votos. 13) Da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Requer ao Chefe do Poder Executivo que determine à Secretaria Municipal competente a proceder a colocação de lixeiras em todas as ruas de Nova Lima, principalmente nas vias centrais, assim como a troca de todas as lixeiras que se encontram danificadas. O Senhor Presidente anunciou: “o requerimento da Sua Excelência, vereadora, entrou na Casa no dia 29 de outubro de 2013. O requerimento do vereador Alessandro, que tem o mesmo conteúdo, entrou no dia 04 de outubro de 2013. Há condições de vocês se entenderem?



É o mesmo. Eu ia ler o dele agora e é o mesmo teor. Vocês assinam juntos? Sua Excelência assina e não há necessidade de ler o seu”. Os vereadores Alessandro Luiz Bonifácio e Maria Ângela Dias Lima Pereira concordaram. Aprovado, dez votos. 14) Do vereador Fausto Niquini Ferreira: Requer ao Poder Executivo atendimentos de caráter emergenciais para profissionais escolares da rede pública, vítimas de violência, ameaça e situações traumáticas de stress. Aprovado, dez votos. 15) Do vereador Silvânio Aguiar Silva: Requer ao Poder Executivo iluminação e construção de passeio para pedestres na Rodovia MG 030 no trecho compreendido entre o trevo do Supermercados BH até a confluência da Rua Dr. Eduardo Aymoré Jones (espaço da borracharia), no sentido do trevo de Raposos. Aprovado, dez votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva falou: “antes de me dirigir para esta Casa hoje, eu me surpreendi com uma reportagem, aonde em uma cidade, graças a Deus bem distante de Nova Lima, um sujeito, vereador, disse que morador de rua não deveria votar e deveria servir de comida para peixe. Foi em Piraí, no Rio de Janeiro. E eu não posso deixar de me pronunciar porque, como a gente sabe que existe muito Control-C Control-V na política, vai que a moda pega. Então, isso não pode chegar de maneira nenhuma aqui em Nova Lima. Aí eu quero aproveitar e dizer que a gente às vezes fica meio, sabe vereador Flávio, meio até desanimado por conta de que a gente vê tantos projetos chegando para esta Casa, alguns, no meu ponto de vista, eu digo projetos da parte do Executivo que são os mais funcionais porque é o Executivo que tem a função de criar, de gastar, de investir, a gente vê o Executivo gastando tanto dinheiro com o que não é relevante, e não há nenhuma proposta concreta



para cuidar dessas pessoas que caíram nesta situação. Eu discordo completamente desse vereador, desse infeliz, em dizer que não serve nem para comida para peixe. Quem não serve para comida nem para porco é político como ele. Às vezes a gente trata o morador de rua com muito descaso, com muito desleixo, quando cabe a nós, como servidor público, como quem tem a função de dar uma melhor qualidade de vida para a população, principalmente para os menos favorecidos, e nós não fazemos, cometemos essa prevaricação. Então, a gente fica incomodado, principalmente numa cidade como Nova Lima, aonde, até essa data, segundo os dados da própria prefeitura, já se gastou mais de cinco milhões em festas. Então, cria-se coordenadorias e mais coordenadorias e, às vezes, ao invés de criar projetos concretos que venham trazer benefícios para a população, especialmente para os mais necessitados, ficam criando festa. É festa e mais festa, onde cada artista que vem aqui e leva cinquenta mil reais por baixo, porque a média dos top de linha é quatrocentos mil, duzentos mil, quarenta mil; é uma coisa absurda. Então, eu queria deixar registrada aqui a minha indignação com a fala desse sujeito e também com o tratamento dispensado por parte do Executivo aos moradores de rua dessa cidade que têm direito a voto porque são cidadãos como nós e ninguém está livre. Essas pessoas sofrem de problemas seríssimos, cada uma tem uma história de vida, cada uma tem uma vontade de mudar, de dar a volta por cima, mas às vezes o que falta é justamente o incentivo, uma mão amiga. Eu já presenciei várias histórias de pessoas que se superaram, pessoas que saíram da rua, pessoas que deram a volta por cima, e eu acredito na recuperação, não só dos moradores de rua como dos drogados.



Então, eu queria aqui deixar a minha indignação e o meu alerta para que isso não contamine os políticos, essa praga, essa doença, um pensamento como esse não contamine a nós, políticos desta cidade”. O vereador Silvânio Aguiar Silva afirmou: “Senhor Presidente, eu quero acreditar que estou ganhando mais um aliado nessa nossa luta contra o que a gente tem visto nas praças de Nova Lima e em alguns lugares onde a população de rua costuma se aglomerar e frequentar de alguma forma. E dizer ao vereador André Vieira que, realmente, a atitude daquele vereador é lamentável, nós não podemos nunca coadunar com atitudes como esta. Mas eu tenho para dizer também, Senhor Vereador, que a partir daquele dia que a gente fez aquele requerimento, há uns seis meses atrás, que eu passei a acompanhar mais as Políticas Públicas do Município de Nova Lima e está no Orçamento também, o Senhor pode acompanhar, a gente percebe que houve sim e que tem acontecido sim uma atenção muito grande, não especificamente aos moradores de rua, mas aos moradores em situação de vulnerabilidade do Município de Nova Lima. A Secretaria de Ação Social tem um grande atendimento às pessoas e, infelizmente, o que a gente percebe estudando a atitude e as atividades dessas pessoas que moram na rua é que em alguns casos, as pessoas não querem sair da rua. E isso eu consegui perceber conversando com o Secretário de Desenvolvimento Social, conversando com o próprio prefeito, conversando com o Secretário de Habitação. A gente percebe que, infelizmente, em alguns casos a rua, para aquela pessoa, é o melhor caso, é a melhor situação para ela. E aí essas Secretarias, esses profissionais, em alguns casos ficam de mãos atadas. Isso não



significa dizer que eu abandonei a minha luta para termos em Nova Lima um albergue que possa abrigar essas pessoas; que eu abandonei a minha luta para termos em Nova Lima um banheiro público, por exemplo, a gente não tem banheiros em alguns locais de maior circulação de pessoas. Isso significa dizer que, a partir do momento que eu percebi o problema e comecei a correr atrás de soluções para ele, eu percebi que o governo tem sim atacado, de alguma forma, esse problema no Município de Nova Lima. De qualquer forma, fica aqui o meu registro de que eu tenho acompanhado esses casos, e convido o Senhor para estarmos juntos, cobrando da Administração uma ação mais efetiva, especificamente com os moradores de rua. Caso não fosse a ação do governo, o investimento do governo, não só desse governo, mas dos governos anteriores também, no sentido de valorizar a Educação no município, no sentido de facilitar o transporte das pessoas para a escola, no sentido de facilitar o acesso às empresas no município, caso isso não acontecesse, eu posso garantir para o Senhor que teríamos em Nova Lima uma situação de moradores em vulnerabilidade muito mais, infinitamente maior do que temos hoje”. O vereador Gilson Antônio Marques registrou: “eu queria apenas parabenizar o vereador André, aquele sujeito foi muito infeliz na fala dele. E aproveitar a oportunidade para lembrar à Comissão de Saúde se a gente já tem a resposta da Fundação Nossa Senhora de Lourdes. Já se passaram cinco semanas que eu pedi o esclarecimento e não recebi nada até hoje”. O vereador Fausto Niquini Ferreira disse: “caro colega Gilson Marques, já tem mais ou menos três semanas que se encontra comigo todos os pareceres, as informações do Padre Márcio. Estarei, depois da reunião,



passando a suas mãos”. O vereador Flávio de Almeida falou: “Senhor Presidente, no momento em que eu estava ouvindo o Pastor André, eu ia fazer uso da palavra, mas me perdi no momento. Concordo com o Senhor do início da sua fala ao final. O governo não tem políticas públicas voltadas para esse pessoal. A rua não pode ser a melhor casa. Quando a gente chega a acreditar que uma pessoa que vive na rua tem aquilo como uma casa, é só a prova de que o governo não tem política voltada para o pessoal, porque para pegar uma pessoa dessas, primeiro você tem que tratá-la. Tem que tirar dela a droga, o álcool, voltar a inserir dentro dela a dignidade da pessoa humana. Ela vai para a rua quando perde isso, é quando ela perde a dignidade, ela perde a família, ela perde tudo. Ou será que a gente vai acreditar que uma pessoa gosta de sentir frio? Ou nós vamos acreditar que a pessoa gosta de pedir comida? Que a pessoa gosta de pedir dinheiro na rua? Aí é o final, gente. Quando nós, legisladores, acreditamos nisso, que isso é a melhor forma de viver, então eu volto a insistir de novo, ou as pessoas votam muito mal, ou nós estamos no caminho errado. Porque não pode nunca. O Senhor sabe qual foi a política que eles usaram nos últimos quinze dias? Viu, Senhor Presidente, essa é para o Senhor ouvir como Presidente desta Casa porque o Senhor é um sujeito sério”. O Senhor Presidente afirmou: “obrigado, vereador”. O vereador Flávio de Almeida continuou: “Senhor Presidente, dos oito, pegaram quatro e despacharam em um ônibus para Raposos. Podem ir lá na rodoviária que vocês vão vê-los rodando em Raposos. E dois estão exatamente na praça em Rio Acima. Então, Senhor Presidente, eu acho que o governo tem que... Isso não é o nosso governo não, é em todos os lugares, tem que ter





uma política séria voltada para esse pessoal, tratá-los, tirar o álcool, tirar a droga, voltar a dar dignidade a eles. E depois disso inserir neles o que é uma família, o que é uma casa, o que é o sentido de viver. Mas até o dia que nós, legisladores, acreditarmos que a melhor forma é a que está hoje implementada, significa que não vai valer o tempo que vamos passar nessa Casa, de quatro anos. Nós temos que cobrar seriedade e compromisso de um governo que está com esta Casa, hoje, setecentos e oitenta milhões. Podemos inserir um projeto para esse povo, eu duvido que a gente não consiga acabar com o álcool e as drogas nessa cidade. Só que tem que ter pessoas sérias, em um lugar sério, tem que aplicar dinheiro. Então, Senhor Presidente, eu concordo com o Pastor André, e acredito que o governo está no caminho errado quando diz política pública voltada para essas pessoas”. O vereador André Luiz Vieira registrou: “eu comecei falando, quando citei o vereador Flávio, que dá desânimo. Eu não ia aqui replicar porque eu concordo exatamente com o seu raciocínio, mas eu não ia replicar porque ouvi uma frase essa semana que sintetiza muito bem a situação vivida nesse Plenário: ‘não adianta explicar quando o outro lado está decidido a não entender’. Então, por mim, eu parei por aqui”. O vereador José Guedes disse: “com relação aos coitados que ficam jogados na rua, é tão simples. Esse vereador, há vinte anos atrás, fez um projeto maravilhoso para a criação do centro de recuperação de drogados e de usuários de álcool. Engavetaram e nunca saiu da gaveta. É só criar o Centro de Recuperação e colocar essas pessoas lá. E a prefeitura para o ano terá uma arrecadação fabulosa. Espero que o prefeito construa o Centro de Recuperação. Há anos e anos a Câmara bate nisso.



Quero parabenizar o prefeito pela inauguração do Posto Médico em Santa Rita. Por que estou parabenizando? Porque o início de ampliar os postos médicos no bairro e colocar a farmácia, que tem anos e anos que essa Câmara pede isso. Por quê? Porque um doente sair de Santa Rita, Bicalho, Jardim Canadá, para vir buscar um remedinho aqui em Nova Lima, na opinião desse vereador, é um absurdo. Eu fui à inauguração, muita gente, um prédio muito bem construído, com todos os requisitos de um posto médico para o bairro. Ele está de parabéns nessa parte aí, de colocar nos postos e iniciar esse trabalho colocando a farmácia. Foi muito bom, muito gratificante”. O Senhor Presidente disse: “quero lembrar, não vou nem falar nome de vereador para não dar réplica, porque senão não dá para falar. Esta Casa votou na legislatura passada um Centro de Recuperação, tanto o vereador Flávio como o vereador André tem toda razão, e votou também um Centro de Zoonoses que é prioritário em uma cidade como Nova Lima. O governo passado não fez nada, o lá atrás também não fez nada. Eu espero que esta Casa, como Sua Excelência falou da responsabilidade dela, que agora a gente põe emenda no Orçamento e consiga fazer isso de verdade. Porque isso tudo é o que Sua Excelência comentou e o que o Pastor André comentou”. O Senhor Presidente passou a Presidência ao Vice. No Grande Expediente, o vereador Nélio Aurélio de Souza falou: “vou ser breve, não vou citar nome de vereador nenhum para não dar réplica. Vou fazer três ou quatro comentários. Eu tenho fotos aqui, mas elas são muito pequenas. O que está acontecendo, eu sei que nomeei uma Comissão aqui no Mina D’água para ajudar a resolver o problema, eu já conversei hoje com a Presidente da Comissão e está bem



encaminhado com a Promotora, Dra. Andressa. Ela está bem afinada em resolver esse problema lá, que é uma vergonha. Às vezes tem nova-limense que não vai lá em cima, mas vai lá para ver o que está acontecendo lá. A Morro Velho, eu citei aqui nesse Plenário há tempos atrás, tem pessoas lá que já perderam a casa e a Morro Velho não paga nem o aluguel, quem paga é o município. Eu falei aqui nesta Casa que é um absurdo o município pagar o aluguel. Olha a rachadura em uma casa. Isso aqui, eu não conheço, mas falam que é o tal de arsênico. Então é gado bebendo, é peixe morrendo. A Morro Velho podia assumir a desgraça que fez em Nova Lima, principalmente ali, mas fez em vários lugares. Ela não assume, vai enrolando o povo de uma forma. São pobres aquele povo lá em cima, aquele povo precisa de ajuda. Se as pessoas subirem lá... Eu nunca imaginava o que eu vi lá. Lá nascem crianças sem braço, sem perna, é uma catástrofe, é uma maldade o que estão fazendo com aquele povo lá em cima. Os meios de imprensa deviam denunciar, deviam ir lá, deviam ver. Isso é importante para a população de Nova Lima saber o que a Morro Velho faz com esse povo. Não são só eles não, tem mais, tem muito mais aí, tem outros lugares também. É fumaça de Queiroz. Um gado desse aqui que bebe essa água lá não pode nem dar leite porque trás problemas para a saúde. Eu estou comunicando porque foram feitos dois pareceres do Secretário João Hernane e do Secretário Roberto Messias, eu queria que eles encaminhassem esses pareceres para a Câmara até para os vereadores saberem o que foi que eles entenderam que está acontecendo lá. Porque é muito tempo. Eu pedi, aqui está uma Comissão em 2001, uma CPI desse problema aí, que o Presidente da Assembleia na época, o deputado



que hoje não é deputado mais, Eduardo Hermeto, Vice-Presidente Eduardo Brandão, Dr. Viana, está lá na Assembleia ainda, eu quero ver se o proouro essa semana para falar sobre isso, Edson Rezende, e o Sub-Relator, Fábio Avelar, que não é deputado mais. Então, foi feito em 2001, olha como esse povo está sofrendo, 2001, nós estamos em 2013. Tem uma Senhora que me procurou, o nome dela é Maria Luzia, Rua João Pedro Silveira, 71. A casa não tem mais não, só tem o endereço que ela morava; caiu. Ela paga o aluguel do bolso dela, não tem condições de ela pagar. A Morro Velho não faz nada. Agora, vergonha não é desse governo, é do passado porque começou a pagar os alugueis lá no passado. A prefeitura não tem obrigação de pagar, quem tem a obrigação de pagar é quem fez aquela desgraça para aquele povo lá, inclusive indenizar. E o negócio lá é tão sério, que a caixa d'água da Copasa, a denúncia é que a adutora da Copasa está trincada. Ninguém faz nada. E aquela caixa d'água lá em cima que dizem, eu não sei, isso é informação que eu tive, olha o retrato da caixa, é muito grande, eu nunca cheguei nela lá, mas dizem que são muitos litros d'água e que ela já está com problemas de... porque negócio de solo aqui em Nova Lima é complicado. Se aquela caixa estourar lá, vai morrer um monte de gente, aí sim, aí vai entrar o Ministério Público, vai entrar a prefeitura. 'Oh morreu, catástrofe, liquidaram o povo'. Eles vão esperar os outros morrerem, é isso que vai acontecer. Esse é um assunto, eu sei que a Comissão fez um belo trabalho junto com a Promotora, não estou aqui falando nada da Comissão, ela fez o papel dela. Mas, gente, é muito tempo. O município podia olhar isso, a Justiça podia olhar isso, muito tempo, esse povo está mendigando lá. Então, a minha indignação é



isso. Tomara que os órgãos de imprensa publiquem isso, mas vai lá, filma lá, vê o que está acontecendo lá. Isso é muito importante. Esse assunto eu terminei. Queria pedir ao Senhor Prefeito, que eu fiz uns requerimentos aqui, e um é de suma importância que ele respondesse: é o parcelamento do ITBI, Imposto de Transmissão Imobiliária. Tem gente que quer fazer a escritura de sua casa e não consegue. Precisa. Já encaminhei aqui, estou deixando, estou deixando, mas já vai para quase sete meses que passou esse requerimento aqui. Isso aqui, um pobre, vereador, ele quer fazer uma escritura, ele não tem dinheiro para pagar, o ITBI é dois por cento, qualquer casinha hoje é cem conto, como ele vai arrumar dois mil? Então, parcele isso em doze meses para ele, que ele faz a escritura. Porque o cartório quer receber à vista, mas o município pode parcelar isso. Belo Horizonte parcela, porque só Nova Lima não parcela? Será que uma prefeitura que arrecada quinhentos milhões por ano não pode parcelar o ITBI para o pessoal? Esse é pedindo ao Senhor Prefeito que interceda nisso e olhe este requerimento porque ele é de suma importância para a sociedade de Nova Lima. Falei aqui de antenas de celulares também, que é problema de câncer, nada respondeu, está indo. E agora vou falar da estrada de integração, que é a de Bicalho saindo lá do Miguelão. Essa estrada é de suma importância para o município de Nova Lima, mas muita. Principalmente porque os empreendedores, as fábricas, eu sei de quase quatorze fábricas que já foram embora do Jardim Canadá para Itabirito. Estou denunciando isso aqui já tem muito tempo, desde o governo passado. Se Nova Lima não correr, não arrumar um parque industrial, porque eles querem crescer e lá no Canadá eles não conseguem mais crescer. São muitas



empresas. E Itabirito está levando. A Coca-Cola saiu de cem metros daqui e foi para aqui, por quê? Será que todo mundo sabe por que ela mudou cem metros só? O terreno é o mesmo, é plano igual. A Coca-Cola vinha para Nova Lima, estava certinho. Saiu daqui e foi para aqui, para Itabirito. Então, essa estrada de integração é de suma importância porque o governo atual pode fazer um parque industrial ali e faz o TAC que a Promotora fez com o município, de quarenta por cento. Faz as doações para as empresas que precisam ir para lá e cobra os quarenta por cento, eles pagam, eles querem é expandir. E acabam perdendo essas empresas todas, vereador, Sua Excelência sabe que estão indo embora mesmo. E o minério aqui, especialistas da área falam que dentro de quinze a vinte anos ele estará exaurido. Aquilo acaba segundo especialistas. Em no máximo vinte anos, Nova Lima não vai viver de minério. Agora, o que nós temos que fazer? Temos que adequar essas empresas e não perder nenhuma. Perdemos a Ciser aqui, foi uma bobeira tremenda. A Ambev vinha para cá, não arrumaram o terreno para ela, ela foi para Sete Lagoas. Será que não tem uma política de desenvolvimento. Sua Excelência trabalhou lá, sabe bem disso, eu sei que às vezes o Secretário não tem poder, quem tem é o prefeito mesmo, mas tem que arrumar um jeito de Nova Lima não perder essas receitas, porque aqui são mais crianças todo ano, é mais merenda, é mais remédio, é mais médico. Tanto é que veio para cá, foram quantos médicos que mandaram um projeto para cá? Quase trinta médicos ou mais. Mandaram enfermeiras, foi aprovado rapidinho por esta Casa, é para a Saúde, nós estamos aqui para aprovar. Para eu terminar, finalmente, pedir ao governo também que mande para cá, porque todo ano



mandam a planta genérica do município, as taxas e o IPTU. Tomara que esse ano, o nosso prefeito isenta este povo de IPTU, pelo menos um ano. Eu estou há doze anos nesta Casa, vou para dezesseis, nunca vi um prefeito isentar do IPTU. Podia, pelo menos um ano, dar um presente para a cidade”. O vereador Flávio de Almeida afirmou: “olha só para o Senhor ver, pode isentar o povo de Nova Lima. Aumenta o IPTU da Vale e da Anglo que pagam tão pouco por tanto terreno, e concede o benefício para o povo, como outras cidades grandes têm feito. Eu acho que seria justo. E essa semana tem mais uma empresa no Jardim Canadá indo embora”. O vereador Nélio Aurélio de Souza registrou: “mas são muitas indo embora, eu estou preocupadíssimo com isso. E a maior receita do município é lá. Ela que desce o dinheiro de lá para cá. A maior receita que tem é lá. Lá tem quantas empresas? Quase mil”. O vereador Flávio de Almeida disse: “e essa empresa, Senhor Presidente, foi assim, ela conversou com o prefeito, porque eu estava presente e eu não vi a preocupação não. A coisa é muito simples, foi construído um galpão antigo e o cara comprou. Hoje ele não tem como aprovar o que foi construído”. O vereador Nélio Aurélio de Souza falou: “e tem saída, vereador. Também a 040, no Água Limpa, ali já está zoneado no Plano Diretor, aquilo está zoneado. É só ele desapropriar, que ali é baixo, é barato, o município desapropria e eles não incomodam. Conheço vários empreendedores no Jardim Canadá que querem expandir, não importa, vai para lá. É só o município fazer as vias, as ruas, iluminar e as empresas não vão embora. Parece que não tem vontade. Inclusive o empreendedor lá, que é o Cid Drummond, ele deve IPTU de todos os lotes, mais de vinte anos. Passou por vários



prefeitos e ninguém faz nada. Mete ele no pau ali, desapropria terreno dele e desconta no que ele deve para o município, assume a área e faça esse parque industrial. E pedir ao Senhor Prefeito que mande antes do dia quatorze, que é o recesso dessa Casa, se é que ele vai mandar o IPTU, a Planta Genérica e alguns projetos, que mande pelo menos até o dia trinta de novembro ou dia vinte e cinco de novembro para que a Casa possa ter tempo de dia quatorze entrar de recesso e votar. Essas são minhas considerações”. O Senhor Presidente reassumiu a Presidência e afirmou: “antes de terminar, vou lembrar mais uma vez, esse ITBI é importante demais, vereadora Ângela Lima, vê se consegue isso, porque tem muita gente, eu mexo com imóvel, querendo pagar e quer pagar parcelado. Sei que a Senhora é uma guerreira para trabalhar e vai nos ajudar”. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião.\_\_\_\_\_